

**CADERNO DE ENCARGOS**  
**082-DCP-2024**  
**MANUTENÇÃO DE PARCÓMETROS**

## ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto.....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> – Duração do contrato.....	3
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....</b>	<b>3</b>
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS.....	3
<i>Subsecção I - Disposições gerais</i> .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> - Obrigações do prestador de serviços .....	4
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Contratos de trabalho dos colaboradores afetos ao serviço.....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Forma de prestação do serviço .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Fatura Eletrónica.....	4
<i>Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados</i> .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Proteção de dados .....	5
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALCOBAÇA .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço contratual.....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Preço base .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Condições de pagamento.....	7
<b>CAPÍTULO III - GARANTIA DE CUMPRIMENTO E SEGUROS .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Garantia de cumprimento contratual .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Seguros.....	7
<b>CAPÍTULO IV – GESTÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>7</b>
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Supervisão e controlo .....	8
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Funções do gestor do contrato .....	8
<b>CAPÍTULO V – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL.....</b>	<b>9</b>
Cláusula 16. <sup>a</sup> – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante.....	9
<b>CAPÍTULO VI – RESOLUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> - Resolução por parte do Município de Alcobça .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Resolução por parte do prestador de serviços.....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> – Extinção do Contrato .....	10
<b>CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....</b>	<b>11</b>
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	11
Cláusula 21. <sup>a</sup> Contagem dos prazos .....	11
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Legislação aplicável .....	11
<b>ANEXO A - CLÁUSULAS ESPECIAIS.....</b>	<b>12</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> – Enquadramento dos trabalhos .....	12
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Manutenção preventiva.....	12
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Fornecimento de consumíveis .....	13
Cláusula 5. <sup>a</sup> – Reparções pontuais .....	14
Cláusula 6. <sup>a</sup> – Local dos trabalhos.....	14
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Equipa técnica de manutenção e assistência .....	15
Cláusula 8. <sup>a</sup> – Critérios ambientais .....	15

# CADERNO DE ENCARGOS - 082-DCP-2024 - MANUTENÇÃO DE PARCÓMETROS

## Capítulo I - Disposições gerais

### Cláusula 1.<sup>a</sup> - Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por objeto principal a **aquisição de serviços de manutenção de parcometros e respetivos consumíveis**, conforme indicações técnicas definidas no Anexo A deste Caderno de Encargos.

### Cláusula 2.<sup>a</sup> – Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor durante 12 meses anos após adjudicação, nos seguintes termos:

- a) Manutenção fixa periódica com início após adjudicação e duração de 12 meses após adjudicação;
- b) Fornecimento faseado, durante o período de execução, do máximo de 25 Rolos de Papel Stelio com 6200 unidade o qual será gasto mediante pedidos faseados, com prazo máximo de execução até 12 meses após adjudicação, caso não se esgote inteiramente o n.º máximo de rolos antes desse período; e
- c) Reparações pontuais com “*plafond*” máximo anual de € 1.500,00+IVA, o qual será gasto mediante pedidos faseados (através de Requisição Externa) por parte da Divisão de Contratação Pública, com prazo máximo de execução até 12 meses após adjudicação, caso não se esgote inteiramente o valor definido antes desse período.

## Capítulo II - Obrigações contratuais

### Secção I - Obrigações do prestador de serviços

#### Subsecção I - Disposições gerais

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> - Obrigações do prestador de serviços**

- 1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação principal de cumprir com zelo o serviço contratado.
- 2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup> – Contratos de trabalho dos colaboradores afetos ao serviço**

- 1 - Os trabalhadores afetos ao serviço com prazo superior a um ano dever prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
- 2 - Quando o serviço tenha duração inferior ou igual a um ano, os trabalhadores afetos ao mesmo podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo da execução do serviço.
- 3 - O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 4 - O disposto nos n.º (s) 1 e 2 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do serviço.

### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Forma de prestação do serviço**

Para início da execução dos serviços objeto deste contrato e descritos no Anexo A, deve ser promovida uma reunião prévia com a entidade adjudicante

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> – Fatura Eletrónica**

- 1 — O cocontratante é obrigado a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução deste contrato público, conforme artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação (CCP).
- 2 — O Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na sua atual redação define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.

3 - A faturação eletrónica é obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2021, estando este prazo alargado até 31 de dezembro de 2024 para as micro, pequenas e médias empresas, nos termos do disposto na Lei 82/2023 de 29 de dezembro.

4 - Para assegurar o cumprimento dos prazos referidos no número anterior devem os cocontratantes desenvolver as atividades conducentes à implementação da fatura eletrónica nos contratos públicos, com vista a acelerar os prazos de conferência e pagamento pelos contraentes públicos.

## **Subsecção II - Dever de sigilo e proteção de dados**

### **Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo**

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 8.ª – Proteção de dados**

1 — O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o *tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados*”, e “o *tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito*”.

2 — Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devem ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 — Nos termos da Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

## **Secção II - Obrigações do Município de Alcobça**

### **Cláusula 9.ª - Preço contratual**

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcobça deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alcobça, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.

**3 — Não haverá lugar a revisão dos preços durante a execução do contrato.**

### **Cláusula 10.ª – Preço base**

1 - O preço base global definido para o valor contratual nos termos do artigo 47.º do CCP é de € 8.690,00 + IVA, correspondendo um preço base fixo para manutenção preventiva e aquisição de consumíveis (para um período máximo de 12 meses) no valor de € 7.190,00+ IVA e de um plafond máximo para reparações pontuais (manutenção corretiva) de € 1.500,00+ IVA.

3 – Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1 — A quantia devida pelo Município de Alcobaça, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pelo Município de Alcobaça das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e devem fazer sempre referência ao n.º de compromisso e processo.

2 — Em caso de discordância, por parte do Município de Alcobaça, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

## **Capítulo III - Garantia de cumprimento e seguros**

### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Garantia de cumprimento contratual**

1 — Não é exigida a prestação de caução.

2 — O Município pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Seguros**

1 — É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro da atividade que exerce.

2 — O Município de Alcobaça pode exigir prova documental da celebração do contrato de seguro referido no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo 1 dia após notificação.

## **Capítulo IV – Gestão do contrato**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Supervisão e controlo**

- 1 — O contraente público designa como gestor do contrato nos termos do artigo 290.º -A, João Manuel Basílio Costa e nas suas faltas/férias por Isabel Maria dos Santos Fernandes, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.
- 2 — O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne aos serviços a prestar, o qual servirá de interlocutor entre a entidade adjudicante e o adjudicatário para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerente ao objeto do contrato.
- 3 — Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço eletrónico do representante por si nomeado.
- 4 — O adjudicatário estará sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 — Caso se verifiquem situações anómalas e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Funções do gestor do contrato**

- 1 - O gestor do contrato deve:
  - a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato assegurando a verificação da execução em conformidade com o contratualizado tendo em consideração as cláusulas fixadas no contrato, conjugadas com o caderno de encargos e a proposta do adjudicatário e demais condições legais no âmbito do objeto do contrato;
  - b) Acompanhar a execução do contrato com a frequência adequada ao integral desempenho das suas funções e caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
  - c) Participar ao órgão competente, bem como, quando a lei o preveja, situações que comprometam a segurança, a qualidade, o preço contratado, assim como o cumprimento do prazo previsto; e
  - d) Desempenhar as demais funções e poderes delegados de notificação ao adjudicatário no âmbito da execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato, as quais terão de ser aprovadas pelo órgão competente para autorizar a despesa.



2 - Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções definidas no ponto anterior, o gestor deve:

- a) Recorrer a técnicos em número e qualificações suficientes de forma a que a gestão do contrato abranja todas as áreas contratualizadas; e
- b) Elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.

## **Capítulo V – Cessão da posição contratual**

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> – Cessão e subcontratação da posição contratual por iniciativa do cocontratante**

1 - A subcontratação e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2 - A cessão da posição contratual com iniciativa por parte do cocontratante depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação, relativos ao potencial cessionário, que foram exigidos ao cedente na fase de formação do contrato.

3 - A autorização da subcontratação depende da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado, que foram exigidos, ao subcontratante, na fase de formação do contrato.

## **Capítulo VI – Resolução do contrato**

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> - Resolução por parte do Município de Alcobça**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o *Município de Alcobça* pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Desvio do objeto da prestação de serviços;
- b) Interrupção da prestação de serviços por facto imputável ao adjudicatário;
- c) Incorreta execução dos trabalhos.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração

enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo *Município de Alcobaça*.

3 — Nos termos do artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos pode proceder-se à resolução total ou parcial do contrato por razões de interesse público, em virtude de alterações na organização e/ou reestruturação dos serviços municipais, e consequentemente o tipo de serviço contratado deixar de ser necessário.

4 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação ao adjudicatário com 60 dias corridos de antecedência.

### **Cláusula 18.ª - Resolução por parte do prestador de serviços**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alcobaça, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.ª – Extinção do Contrato**

1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pela entidade adjudicatária, nos termos previstos na Parte III do CCP.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, por um período superior a 15 dias úteis.

## **Capítulo VII - Disposições finais**

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos na sua atual redação e demais, legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º A do CCP, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

3 - As normas constantes do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

## ANEXO A - Cláusulas Especiais

### Cláusula 1.<sup>a</sup> – Enquadramento dos trabalhos

1 - O procedimento destina-se à **aquisição de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 6 parcómetros:**

- Fabricante: **Schlumberger, Ind;**
- Marca: **Parkeon;**
- Modelo: **Stélio; e**
- Ano de construção: **2006 e 2007**

2 - Para efeitos do disposto no n.º anterior entende-se por:

2.1 - **Manutenção preventiva** - Atividades de manutenção planeadas com o objetivo de redução dos riscos de avaria ou degradação dos equipamentos, minimização dos tempos de paragem dos equipamentos e consequente perda de rentabilidade, com vista à otimização do seu rendimento, tendo em conta as especificações dos fabricantes e os requisitos dos utilizadores. Neste ponto, os técnicos da empresa adjudicatária devem atuar nos equipamentos com base nas especificações dos fabricantes, de acordo com o plano de manutenção de forma a obter a maior eficácia, eficiência e durabilidade dos equipamentos.

2.2 **Manutenção Corretiva** - Ação de correção de anomalias dos equipamentos, restituindo-lhe condições mínimas de funcionamento em condições de segurança, de forma a garantir o serviço até a sua resolução por completo. Neste ponto, os técnicos da empresa adjudicatária atuarão nos equipamentos sem qualquer custo adicional, sempre que não exista lugar a substituição de peças e se encontrarem numa intervenção de manutenção planeada.

3 – Inclui-se no presente procedimento a aquisição de rolos de Papel Stelio com 6200 nos termos previstos na clausula 4.<sup>a</sup> deste anexo.

### Cláusula 3.<sup>a</sup> – Manutenção preventiva

O plano de manutenção preventiva no âmbito do presente procedimento prevê as seguintes operações e periodicidade:

Operação de Manutenção Preventiva a Efetuar	Trimestral	Semestral	Anual
Inspecionar a unidade quanto ao seu funcionamento geral	X		

Verificar todos os equipamentos	X		
Verificar funcionamento das impressoras	X		
Verificar necessidade de limpar (se necessário)	X		
Verificar o sistema em termos de funcionamento		X	
Verificar aparelhagem em termos de controlo e segurança	X		
Verificar operações dos registos	X		
Limpar e higienizar (substituir se necessário sempre sujeito a aprovação prévia)	X		
Verificar o funcionamento do sistema associado ao pacómetro	X		
Lubrificação de equipamentos		X	
Inspecionar o acionamento	X		
Recuperar partes que apresentem indícios de corrosão		X	
Verificar o aperto dos parafusos e uniões			X

#### Cláusula 4.<sup>a</sup> – Fornecimento de consumíveis

1 - O presente procedimento inclui o fornecimento faseado, durante o período de execução, do máximo de 25 Rolos de Papel Stelio com 6200 unidade o qual será gasto mediante pedidos faseados, com prazo máximo de execução até 12 meses após adjudicação, caso não se esgote inteiramente o n.º máximo de rolos antes desse período.

2 - Cada pedido de rolos no âmbito deste contrato, só poderá ser efetuado na sequência de envio de requisição externa para o adjudicatário, o qual deverá fornecer os mesmos no prazo máximo de 5 dias úteis após solicitação, sendo obrigatoriamente mencionado na fatura, o n.º da requisição externa a que diz respeito e o n.º de compromisso que será comunicado aquando da notificação da adjudicação.

3 - A entidade adjudicante não se responsabiliza por eventuais serviços que não respeitem as condições indicadas nos pontos anteriores.

### Cláusula 5.<sup>a</sup> – Reparações pontuais

1 — O procedimento inclui ainda a reparação de eventuais avarias pontuais com substituição de peças e reparações não planeadas nos equipamentos, com “*plafond*” máximo de € 1.500,00+IVA, o qual será gasto mediante pedidos faseados, com prazo máximo de execução até 12 meses após adjudicação, caso não se esgote inteiramente o valor definido antes desse período.

2 – Cada pedido no âmbito deste contrato, para realização de reparação pontual, só poderá ser efetuado na sequência de um relatório da ocorrência com a descrição detalhada da intervenção proposta e dos custos associados (*com a indicação em detalhe do n.º horas de mão de obra e valor de peça(s) e/ou acessório(s), se aplicável*), no qual deverá(ão) ser aplicado(s) o(s) preços e desconto(s) contratualizado(s). Este orçamento deverá ser entregue à entidade adjudicante no prazo máximo de 5 dias úteis após deteção de uma anomalia ou mau funcionamento.

3 – Após receção do orçamento a que se refere o ponto anterior é efetuada a verificação de enquadramento na dotação/saldo do procedimento. Caso exista saldo e o orçamento seja aprovado, o mesmo originará uma requisição externa associada ao n.º de compromisso deste contrato.

4 – A requisição externa a que se refere o ponto anterior é enviada para o adjudicatário, o qual deverá prestar o serviço no prazo máximo de 5 dias úteis após solicitação e nas demais condições acordadas, sendo obrigatoriamente mencionado na “*folha de serviço*” o n.º da requisição externa a que diz respeito, menção que também deverá constar na fatura, assim como o n.º de compromisso que será comunicado aquando da notificação da adjudicação.

5 – A entidade adjudicante não se responsabiliza por eventuais serviços que não respeitem as condições indicadas nos pontos anteriores.

### Cláusula 6.<sup>a</sup> – Local dos trabalhos

1 - Os equipamentos encontram-se na cidade de Alcobça, sita em:

- 1 - Praça 25 de abril;
- 1 - Rua Frei António Brandão;
- 1 – Engenheiro Duarte Pacheco;
- 1 – Rua Dr. Brilhante;
- 1 – Miguel Bombarda;
- 1 – Avenida Vieira Natividade.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup> – Equipa técnica de manutenção e assistência**

1 - Os técnicos a enviar aos locais da prestação do serviço, deverão ser selecionados pelo adjudicatário, de acordo com:

1.1 A especificidade do serviço;

1.2 Deverão ter na sua maioria formação específica para o efeito;

1.3 Experiência com os equipamentos objeto do contrato;

2 - Se porventura existir alguma situação que não possa ser resolvida pelos técnicos presentes, deverão ser apoiados pelos colaboradores da empresa.

3 - Os técnicos deverão estar identificados em todas as suas intervenções.

4 - As intervenções deverão ser efetuadas na presença do gestor do contrato.

5 - As equipas deverão estar munidas de todas as ferramentas, aparelhos e equipamentos necessários para prestar um serviço qualificado de qualidade e de confiança.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> – Critérios ambientais**

Os serviços prestados e o fornecimento de bens no âmbito do presente procedimento, devem cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.